

# Bastões espanhóis no Marrocos: pequenos, estratégicos e disputados

*Maurício Waldman*  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brasil  
mw@mw.pro.br

---

**Resumo:** As formações insulares constituem desde os albores da história humana, espaços com destacada função econômica, estratégica e militar. Essa ponderação também é verdadeira para o continente africano. Alternadamente, muitos poderes locais e estrangeiros disputaram a posse de ilhas e arquipélagos, que hoje em dia, em boa parte retornaram para soberania local. Uma notável exceção são os enclaves espanhóis situados no litoral do Marrocos. Objeto de disputa territorial entre o governo marroquino e a Espanha, esses pequenos bastiões se destacam pelo seu papel estratégico, daí a reticência do governo espanhol em devolvê-los. Envolvendo uma complexa discussão de ordem geopolítica, a perpetuação desse *status quo* na região demonstra o quanto o debate está longe de se esgotar, que se reatualiza em conformidade com as contradições que marcam a ordem política internacional.

**Palavras-chave:** Geopolítica, Colonialismo, Espaços Insulares Africanos, *Plazas de Soberania*, Relações Multilaterais.

---

## INTRODUÇÃO

Nomeadamente, não há como negar o papel estratégico que ilhas e enclaves portuários podem desempenhar no controle de passagens estratégicas, domínio da orla litorânea e relação preferencial com as extensões continentais.

No caso do continente africano, o potencial geográfico das formações insulares dispostas na sua costa, foi exaltado por um especialíssimo modelado litorâneo. No geral, a orla da África é pouco recortada: golfos, baías, cabos e penínsulas são formações raramente encontradas. Igualmente, ilhas dotadas de calado, quebra-mar natural e proteção para a navegação se prontificam como um claro objeto de cobiça.

Um dado interessante é que comparativamente, a área da África é três vezes maior do que a da Europa. Ao mesmo tempo, a extensão da sua costa, embora de certa magnitude (27.500 km), é cerca de três vezes menor. Esse fato contribui para confirmar a raridade das reentrâncias e acidentes naturais nos bordos litorâneos, assim como acentua a importância dos existentes.

No transcorrer da história africana, comumente as ilhas litorâneas abrigaram ativos centros de tráfico, um comércio que, aliás, procurava isolamento passível de assegurar uma relação seletiva com um vasto entorno alheio ao intercâmbio. Na escala do continente, isso se explica devido à antinomia que cidades eminentemente mercantis manifestavam frente à economia tradicional, que sendo fortemente autárquica, estabelecia circuitos de outra ordem nos âmbitos local e regional. Pertenceriam a essa tipologia as cidades-porto do Índico, que integravam a civilização Swahili. Núcleos como Quíloa, Pemba, Zanzibar, Pate, Lamu, Moçambique e Sofala – todos instalados em ilhas – eram centros urbanos de antiguidade longínqua, remontando à presença árabe ou então, bem antes disso (RITA-FERREIRA, 1975:28).

Fatores de ordem estratégica também explicam o interesse que ilhas e arquipélagos despertaram para os poderes estrangeiros, tanto por assegurar o domínio de rotas oceânicas como para servir de retaguarda para intervenções armadas. Não por acaso, muitas ex-potências coloniais, mesmo quando abrem mão de largos territórios, insistem em manter a posse de ilhas e instalações costeiras que sirvam de sustentação para sua logística bélica.

Desse modo, ainda hoje encontramos na África diversas ilhas que continuam a desfraldar bandeiras europeias, remanescentes de outrora vastas possessões coloniais. Exemplificando, a França retirou-se do Índico. Mas, manteve sob sua posse as ilhas Gloriosas, Mayotte, Juan de Nova, Bassas da Índia e Europa, pequenos nacos de terra que lhe permitem tutelar o trânsito no Canal de Moçambique. Quanto ao Reino Unido, antiga potência dominante no continente, o país continua a manter posse das ilhas que ponteiam a dorsal atlântica – Santa Helena, Tristão da Cunha, Gough e Ascensão – o que lhe garante o controle do tráfego marítimo em vastas extensões do Atlântico.

Contudo, há a questão bem mais complexa referente aos ilhéus, arquipélagos, portos e promontórios ocupados pela Espanha no litoral norte marroquino, que como veremos, é desdobramento de aspirações geopolíticas que extrapolam o contexto africano, imiscuindo-se, pois a averbações como a suserania sobre as comunicações no Mediterrâneo, as facilidades de usufruir bons ancoradouros naturais, o peso de velhos legados históricos e a projeção que a Espanha pretende assomar na concertação regional.

Referindo-se igualmente a um contencioso que descambou nos últimos anos em demonstrações de força e incidentes diplomáticos entre o Marrocos e a Espanha, que se recusa a abrir mão dessas cobiçadas possessões, a rede espanhola de fortins e cidadelas é sem dúvida alguma, o mais difícil entrevero diplomático que opõe uma nação africana à outra europeia, uma zona onde se tocam leituras geopolíticas contrastantes, que ainda aguardam um desfecho efetivo.

## GEOGRAFIA E GEOPOLÍTICA DOS FORTINS ESPANHÓIS NO MARROCOS

Situando geograficamente o temário da presença espanhola no litoral mediterrâneo do Marrocos, esse diz respeito a um colar de pequenas possessões mantidas sob guarda da Espanha desde o alvorecer das chamadas Grandes Navegações. Formam tais territórios as cidades autônomas de Ceuta e Melilla e, ademais, pequenos fortes e bastiões definidos pelo governo espanhol como *Plazas de Soberania*. Nessa tipologia se incluem as ilhas Chafarinas, Perijil e os Penõns de Alhucemas e de Vélez da La Gomera,<sup>1</sup> que pontilham a costa marroquina do Mediterrâneo (Imagem 1).

Note-se que somando somente 32,35 km<sup>2</sup> e reunindo parca população de 140.000 habitantes, a superfície dessas possessões é, em alguns casos, quase anedótica. A menor das Plazas de Soberania, o Penõn de Alhucemas, é um matacão rochoso de 220 x 84 metros, somando um hectare e meio. Isto é, 0,015 km<sup>2</sup>.

---

1. Vélez de La Gomera era originalmente um ilhote. Entrementes, aluviões dos pequenos rios da região e um forte abalo sísmico datado de 1930, uniram o antigo ilhéu ao continente, transformando-o num promontório.



Imagem 1 – Enclaves espanhóis no litoral do Marrocos

Mas, essas proeminências de solo africano cumprem importante função estratégica, motivando a recusa do governo espanhol em entregá-los ao Marrocos, que reivindica sua posse. Basicamente, estes pontos de apoio litorâneos, além de escala na passagem entre Europa e África, situam-se a cavaleiro do Estreito de Gibraltar, constituindo, portanto alvo de interesses poderosos.

Neste contexto, Ceuta evoca antigo histórico de disputas. A cidade constituía ponto terminal de rotas que cortavam o Saara, trazendo ouro extraído das fabulosas minas do Mali e outras riquezas oriundas da África Negra. Sua tomada pelos portugueses em 1415 constituiu marco inicial das Grandes Descobertas. Ao mesmo tempo, a influência espanhola se alastrava por vários portos, ilhas e recortes do litoral da África Norte, dos quais Melilla e as citadas Plazas de Soberania constituem reminiscência histórica.

Posteriormente, o desenvolvimento de laços marítimos unindo o Mediterrâneo e o Atlântico, fortaleceu ainda mais o papel desta região (PENHA, 2010), transformando-a em ponto nevrálgico da navegação mundial, e desde então, maximizando suas notórias qualificações geoestratégicas (Imagens 2 e 3).

No século XIX, as ambições de diversas potências induziram um original quadro de partilha territorial da região, formando intrincado mosaico de soberanias. A diplomacia inglesa almejava que Tanger fosse

declarada zona internacional. Dessa maneira, as ameaças à sua rota para a Índia seriam neutralizadas e igualmente, tornaria ainda mais proeminente o papel de Gibraltar, porto cujo controle fora obtido da coroa espanhola na esteira do Tratado de Utrech (1713).



**Imagem 2** - Ocupando uma península rochosa, Ceuta se aloja no istmo. Para além dele, a fronteira com o Marrocos está a apenas 2 km de distância, delimitando uma área de 19,5 km<sup>2</sup>. ([http://www.ramontarrio.com/index\\_archivos/imagenes/ceuta-01.JPG](http://www.ramontarrio.com/index_archivos/imagenes/ceuta-01.JPG))



**Imagem 3** - Imagem de satélite do Estreito de Gibraltar, com Ceuta e Melilla (<http://ceuta.africa-atlas.com/pictures/ceuta-melilla.jpg>)

Quanto a Ceuta, a cidade passou em definitivo ao controle espanhol em 1668. A posse deste ponto estratégico foi fundamental, juntamente com os demais fortins e ilhéus litorâneos, para que na Partilha da África os espanhóis obtivessem o protetorado de toda a franja costeira norte, a Zona do Rif.<sup>2</sup>

Esta é a origem da África Setentrional Espanhola, delimitada com base no conceito de esferas de influência. Por sua vez, a França ocupou a maior parte do Marrocos. Mas sem acesso à entrada do Mediterrâneo. Outras nações interessadas, como a Alemanha, tiveram suas pretensões definitivamente aliadas (Imagem 4).



Imagem 4 - A partilha do Marrocos: em vermelho, a área internacionalizada de Tanger; em laranja, áreas sob domínio espanhol; em verde, os domínios franceses. ([http://www.worldstatesmen.org/colonial\\_moroc.jpg](http://www.worldstatesmen.org/colonial_moroc.jpg))

2. Caberia atentar que a região marroquina do *Rif*, não pode ser confundida com *Rift*, que não é um topônimo, mas sim um tipo de estrutura geológica, notabilizada no continente africano no Vale da Grande Falha, na África Oriental.

Com o processo de descolonização da África, a partir de 1956 o chamado *Marrocos Espanhol* foi entregue à soberania marroquina. Isso com exceção das Plazas de Soberania e de Ceuta, Melilla e Perejil. Na alegação da Espanha, tais redutos constituiriam parte de seu território metropolitano. Portanto, não seriam objeto de devolução. Neles, a Espanha manteve guarnições militares e parte significativa da sua Legião Estrangeira,<sup>3</sup> agora incorporada ao esquema defensivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por conseguinte, a Espanha manteve a função militar-estratégica que desde sempre esteve colocado para essas possessões (Imagem 5).



**Imagem 5** - Neste mapa do cartógrafo espanhol Tomás Lopez, datado de 1793, são visíveis as poderosas fortificações que defendiam Melilla. Nos dias de hoje, uma cerca passa pouco além destas muralhas, demarcando os limites da cidade autônoma de Melilla (12,3 km<sup>2</sup>). ([http://historic-cities.huji.ac.il/spain/melilla/maps/lopez\\_1793\\_melilla.html](http://historic-cities.huji.ac.il/spain/melilla/maps/lopez_1793_melilla.html))

3. A Legião Estrangeira Espanhola tradicionalmente esteve estacionada nessa área e sua tarefa básica, era manter a submissão da população árabe local. Esse aparato constituiu uma das mais fortes retaguardas das forças conservadoras durante a Guerra Civil Espanhola. Forças comandadas pelo General Franco partiram do Marrocos Espanhol para o continente, onde colocaram a prova sua belicosa experiência militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário, que tem por pressuposto não declarado a ambição espanhola em manter-se como ator geopolítico no controle das portas do Estreito de Gibraltar, não faltam interfaces contraditórias.

No caso da Espanha, é interessante notar que sua diplomacia reivindica a posse de territórios negando ao Marrocos os argumentos que ela mesma utiliza em seu favor para o caso de Gibraltar. Uma vez que os espanhóis alegam a existência de uma antiga jurisprudência territorial legitimando Gibraltar como parte do seu espaço, porque tal raciocínio não seria também válido para o Marrocos, que no passado dominava áreas hoje administradas por Madrid?

Entrementes, relativamente ao Marrocos é necessário sublinhar que suas posições possuem escassa repercussão na diplomacia internacional. A ONU, embora declare Gibraltar como território passível de descolonização, não reconhece os enclaves espanhóis como colônias. Ademais, o país está politicamente isolado no interior da União Africana devido ao apoio desta organização à independência do Saara Ocidental, território ilegalmente ocupado pelo Marrocos, uma pendência que induziu sua retirada da entidade.<sup>4</sup>

Para complicar o quadro, os países vizinhos suspeitam de que correntes marroquinas nacionalistas desejam ressuscitar a ideia do Grande Marrocos, baseado nas fronteiras medievais do país. Certo é que este projeto, pressupondo a anexação da Mauritânia, de quarta parte do território argelino e do Norte do Mali, torna o *front* diplomático africano muito reticente em apoiar explicitamente quaisquer reivindicações marroquinas.

É deste modo que a situação parece conspirar favoravelmente para perpetuar o domínio espanhol sobre os pequenos – porém enormemente estratégicos – enclaves que domina já há vários séculos. No contexto geopolítico atual, estas nesgas de espaço sob controle espanhol se tornaram a guarda avançada da União Europeia em solo africano, sua cabeça de ponte no III Mundo.

---

4. A União Africana reconhece o Saara Ocidental como país independente, tendo a testa a Frente Polisário (Frente Popular de Libertação do Saguit-el-Amra e do Rio de Ouro), grupo independentista que durante décadas tem lutado pela emancipação do território.

Esse papel dos bastiões espanhóis torna-se flagrante quando se sabe que são insistentemente procurados por vagas intermitentes de imigrantes clandestinos, uma escala na sua inserção desigual nas sociedades afluentes do Norte.

Tudo o que registramos nos recorda o poder potencial das localizações e dos projetos políticos que se firmam objetivando o domínio do espaço, uma lógica que muitas vezes parece formatar fronteiras pelo princípio do inusitado.

Porém, expressando uma ordem do possível – já que nada é desordenado – refletem contradições que acodem a vida de grupos, povos e civilizações, nos inspirando a olhar os mapas com cuidado e igualmente, com toda cautela política possível.

---

#### SPANISH BASTIONS IN MOROCCO: SMALL, STRATEGY AND DISPUTED

**Abstract:** The island formations are since the dawn of human history, spaces with outstanding economic, strategic and military. This argument is also true for the African continent. Alternatively, many local and foreign ownership disputed islands and archipelagos, which now largely returned to local sovereignty. A notable exception is the Spanish enclaves located on the coast of Morocco. Object of territorial dispute between Spain and the Moroccan government, these little bastions stand out for their strategic role, hence the reluctance of the Spanish government to return them. Involving a complex discussion of geopolitics, the perpetuation of this status quo in the region shows how the debate is far from exhausted, which is reactualized in accordance with the contradictions that mark the international political order.

**Key words:** Geopolitics, Colonialism, African Insular Spaces, *Plazas de Soberania*, Multilateral Relations.

---

#### REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1979.

BONIFACE, Pascal, VÉDRINE, Hubert et MAGNIER, Jean-Pierre. *Atlas do Mundo Global*. São Paulo (SP): Estação Liberdade. 2009.

BRETON, Roland. *Geografia das Civilizações*. São Paulo: Editora Ática. 1990.

BROADBENT, Luke. *The Disputed Autonomous Cities of Ceuta and Melilla*. El País, edição de 16 de Junho de 2010. Acesso on-line em: <http://www.suite101.com/content/the-disputed-autonomous-cities-of-ceuta-and-melilla-a250056#ixzz1XApe1O9n>. 2010.

ISLAS Y PEÑONES EN EL NORTE DE ÁFRICA, web de Ingenieros Militares de España. <http://www.zapadores.es/arma/11NdelaA/penones/Islores.htm>

KINDER, H. et HILGEMANN, W. *Atlas Histórico Mundial* (Coleção Fundamentos). Madrid, Espanha: Ediciones Istmo. 1975.

MAULL, Otto. *Geografía Política*, Barcelona, Espanha: Ediciones Omega, S.A. 1960.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Quem tem medo da Geopolítica?* São Paulo: EDUSP/ Hucitec. 1999.

OTERO, Eugenio Marinãs. *Lãs Plazas Menores de Soberania Espanõla em África*. Militar, Revista de Cultura Militar, nº 12, pp. 141-168. Madrid: UCM, Servicio de Publicaciones. 1998.

PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador (BA): Editora da Universidade Federal da Bahia, EDUFBA. 2010.

RITA-FERREIRA, A., *Povos de Moçambique: História e Cultura*. Edições Afrontamento, Porto: Portugal. 1975.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. São Paulo: Editora Hucitec. 1988.

UNESCO. *História Geral da África*. Brasília: UNESCO, SECAD/MEC, UFSCAR. 2010.

WALDMAN, Maurício. *Metamorfoses do Espaço Imaginário*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Depto de Antropologia, FFLCH-USP. 1997.

WALDMAN, Maurício et SERRANO, C. *Memória D'África – A Temática Africana em Sala de Aula*. São Paulo: Cortez Editora. 2007.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Maurício Waldman** – Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo, Pós Doutor em Geociências pela Universidade Estadual de Campinas e colaborador do Centro de Estudos Africanos da USP (CEA-USP).

---

Recebido em 07/08/2012

Aceito em 15/10/2012